

REQUERIMENTO N. 769, DE 1961

Requeiro à douta Mesa, ouvido o Plenário e ressalvadas as disposições regimentais, seja consignado, nos anais dos nossos trabalhos de hoje, um Voto de Congratulações com o povo do município de Jardinópolis pelo transcurso, no dia 27 de julho p.p., do 63.º aniversário da elevação da cidade à categoria de Município.

Requeiro, ainda, sejam notificados desta homenagem o Prefeito Municipal, a Câmara e demais autoridades de Jardinópolis.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1961.

(a) Costabile Romano

Justificativa

No dia 27 de julho p.p., transcorreu o 63.º aniversário da elevação de Jardinópolis à categoria de município. Com justificado orgulho o povo da esplêndida e progressista cidade comemorou a efeméride. Cidade nova, com ruas bem traçadas e calçadas, possuindo belos edifícios e ostentando magnífica posição geográfica, Jardinópolis apresenta o aspecto de um município futuroso.

Seu comércio é bem desenvolvido e assenta-se numa agricultura em franco ascenso. A atividade deste setor da economia do município é, sem dúvida alguma, digno de nota, pois apresenta características de uma agricultura pujante, onde o café, o arroz, a manga, o algodão, o milho, o feijão, a laranja, a cana de açúcar, a banana e inúmeros outros produtos, fornecem recursos sem precedentes.

A bastança é, assim, visível, determinando prosperidade ininterrupta. A população do município é bem numerosa, aumentando continuamente não apenas pelos seus moradores, como, também, pelo grande número de forasteiros que aí acorrem, surpreendidos pelas possibilidades econômicas que o município oferece.

A produção agrícola de Jardinópolis escoar-se por todo o Estado sendo, no entanto, consumida principalmente por Ribeirão Preto, Batatais, Orlandia e São Paulo.

Outro aspecto altamente positivo da cidade é que Jardinópolis apresenta, nos dias de hoje, um alto índice de movimento cultural que se retrata nas suas casas de ensino, entre as quais se destacam a Escola Normal, o Conservatório Musical, além de inúmeras outras iniciativas que demonstram a capacidade criadora de seu povo. Por todas estas razões é que o presente Requerimento, desejando glorificar tão laboriosa cidade, orgulho do nosso Estado, espera ser aprovado por unanimidade.

REQUERIMENTO N. 770, DE 1961

Considerando as notícias publicadas segundo as quais pretende o Executivo desapropriar as terras chamadas do "Brejão", em Lorena;

Considerando a situação de verdadeiro pânico que provocaram tais notícias;

Considerando as desastrosas consequências que tal medida viria acarretar, pelos danos que causará ao interesse público;

Considerando que tal medida só viria atender a interesses subalternos, aos quais deve estar alheia a administração pública;

Requeiro à Douta Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, as seguintes informações:

1 — Proceder a informação de que pretende o Executivo desapropriar as terras do chamado "Brejão", situadas em Lorena?

2 — Em caso afirmativo:

a) Qual o motivo desta medida, face ao que preceitua o artigo 141, § 16, que só admite desapropriação "por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social", e face ao que determina a chamada Lei de Revisão Agrária, que só permite a desapropriação de terras inaproveitadas?

b) Sabe o Executivo que aquela gleba já está toda cultivada, por cerca de 38 pequenos proprietários, que ali colhem boas safras (só de arroz 30 mil sacas)?

c) Sabe o Executivo que a maior parte daqueles lavradores estão onerados com o Banco do Brasil, por contratos de financiamento, por dois ou três anos?

d) Sabe o Executivo que, apesar de estarem produzindo para a coletividade, na maior harmonia e com a maior dedicação, têm sido ameaçados por várias vezes de invasões policiais em suas terras e em seus domicílios?

e) Está o Executivo a par dos interesses subalternos que tem movido tais atos?

f) Proceder a informação de que tal medida teria sido proposta pelo Serviço de Recuperação do Vale do Paraíba, que para ali enviou há dias alguns servidores a fim de avisar os lavradores de que a desapropriação está em vias de ser decretada?

g) Acha o Executivo que estará atendendo ao interesse público ou ao interesse social desalojando os atuais lavradores para revender as terras que já recuperaram e mantêm em regime de franca produção para revendê-las a outrem?

Sala das Sessões, 4 de agosto de 1961.

(a) Hilário Torloni

REQUERIMENTO N. 771, DE 1961

Requeiro à Douta Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo as seguintes informações:

1. Como se explica que a casa de bombas de Quatinga, perto da rodovia que liga a Dutra a Itajubá, em Lorena, esteja em situação de não poder receber as máquinas, dadas as rachaduras que apresenta em suas paredes?

2. Quanto custou aquela obra? Determinou o Executivo a averiguação do fato, para apuração de responsabilidade?

3. Como se explica que as obras afetas ao Governo Federal venham se desenvolvendo em ritmo muito mais acelerado que aos do Estado?

4. Sabe o Executivo que o atraso na instalação da maquinaria por parte do Serviço de Recuperação do Vale do Paraíba vem causando prejuízos incalculáveis à agricultura daquela região?

5. É verdade que a maquinaria adequada já se encontra em Taubaté há anos? Por que até hoje não foi instalada?

6. Por que o dique construído à margem do Paraíba foi interrompido na estrada que liga a rodovia Dutra a Itajubá, e continuando alguns quilômetros a montante, deixando desprotegida a parte baixa da cidade de Lorena? Não acha o Executivo imprescindível a construção desta parte da barragem, de forma a proteger aquela parte da cidade como também possibilitar a recuperação de extensa área ótima para lavoura e ainda hoje sujeita inundações?

Sala das Sessões, 4 de agosto de 1961.

(a) Hilário Torloni

REQUERIMENTO N. 772, DE 1961

Requeiro nos termos regimentais, seja consignado na Ata dos nossos trabalhos um voto de congratulações com o Sr. Governador do Estado pela decisão de S. Exa. em financiar através da SUDENE, os Estados subdesenvolvidos do Nordeste brasileiro.

Justificativa

Em mais de uma oportunidade reclamamos a ausência de Estados como São Paulo, na batalha de recuperação dos Estados do Nordeste. Disse mais, que dois problemas cruciais de aflição o patriotismo dos homens públicos brasileiros e mesmo das nossas classes conservadoras, criando com o seu desinteresse um clima de desequilíbrio sócio-econômico de consequências imprevisíveis. Refiro-me à pobreza do Nordeste e à situação de penúria em que vivem os homens do campo. Si pretendemos seja o Brasil um país líder continental, com autoridade bastante para fazer ouvir a sua voz nos conclave internacional, necessário se torna preliminarmente, que o homem a casa em ordem, sem ódios entre irmãos nem os extremos de pobreza e fartura. É claro que não pregamos a igualdade ou o nivelamento das riquezas de todos os cidadãos da República, mas propugnamos isto sim, para que haja uma repartição equitativa das riquezas, a fim de que todos tenham uma vida compatível com a dignidade humana. País forte com uma agricultura primária e fraca é utopia e a ninguém deve iludir. E não pode haver agricultura vigorosa si não oferece condições mínimas para uma vida digna, tranquila, dedicada ao trabalho que constrói e edifica. Os que lavram a terra precisam ter-lhe amor, sem a ela escravizarem as suas vidas. Os ricos não trabalham a terra com as próprias mãos e daí oferecer-se principalmente aos que se dedicam exclusivamente ao trabalho agrícola as condições essenciais para o seu cultivo e a comercialização dos seus produtos. Quem planta deseja apenas ser compensado nas despesas de custeio e obter o indispensável ao sustento da família. Até hoje apenas o intermediário se enriquece à custa do suor do homem sofrido que amanha a terra. Os níveis de salários na lavoura são baixos, porque as colheitas são incertas e os preços sempre abaixo do custo da produção. Não há de ser portanto com leis superficiais e de cunho demagógico que se encontrará o caminho certo à redenção dos homens do campo. Nem é possível acudir as populações flageladas do Nordeste, pensando as suas feridas ou recolhendo os seus cadáveres depois de cada catástrofe.

Agora, parece-nos estarmos trilhando o caminho certo, planejando através a cooperação de técnicos de comprovada capacidade, com a ajuda de homens honrados, dando-se diretamente aos governadores o indispensável para o esvaziamento daquela feliz região do país. Evita-se assim a rapinagem como norma política naquela zona. Cumpre ressaltar que o trabalho de recuperação deve ser conjugado entre o Governo Federal, os países estrangeiros, os governadores estaduais, as industriais e os homens de ciência. Os capitais que estão

servindo exclusivamente à especulação e à usura, devem ser postos à serviço da Pátria, embora com lucros.

Haveremos de encontrar meios e fórmulas que modifiquem com a maior urgência a situação do Nordeste e a miséria crônica dos homens do campo neste e nos demais Estados da Federação. Esta há de ser a obra histórica de nossa geração. Não devemos nos preocupar em cercar de luxo o ambiente dos que ganham do Estado, enquanto os que pagam ao Estado vivem na penúria mais negra. Por isso o gesto, a atitude do Prof. Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto determinando planos urgentes a fim de possibilitar a aplicação superior a 900 milhões de cruzeros, através da SUDENE, nos Estados do Nordeste, não só como bem o acentuou em entrevista o Dr. Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, ilustre Secretário da Fazenda, para o reequipamento da indústria têxtil, como também em outros setores da economia nordestina merece as nossas efusivas felicitações. Como brasileiro não poderíamos deixar passar despercebido gesto como esse do Governador dos paulistas, que não só procura melhorar as condições de vida de seus governados, mas acima de tudo, ajuda os seus irmãos menos favorecidos pela sorte. A contribuição do povo bandeirante irá ser posta à serviço da Pátria e por isso, o voto desta Augusta Assembleia será a palavra de incentivo e de aplauso de todo o povo de São Paulo.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 1961

(a) Moysés Antonio Tobias

REQUERIMENTO N. 773, DE 1961

Requeiro, nos termos regimentais, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje desta egrégia Casa, de um voto de congratulações com o Professor Sebastião Fernandes Palma, pelo transcurso, a 25 do corrente, do seu 50.º ano de jornalismo, jubileu esse a ser comemorado em Ribeirão Preto.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1961.

(a) Jacob Pedro Carolo

Justificativa

Homens existem, expoentes de firmeza de caráter e de feliz escolha de carreira, que se elevam no conceito humano pela dedicação ao trabalho, pela honestidade de princípios, pelos êxitos sucessivos.

O Professor Sebastião Fernandes Palma é desses modelos vivos da cultura aliada ao trabalho profícuo e à combatividade inerente aos espíritos cultores da Justiça.

Iniciando a carreira jornalística em 1911, no "Diário da Manhã", nela permaneceu durante meio século, emprestando à imprensa riberopretana o fulgor de seu talento. Foi Diretor da Escola Industrial de Ribeirão Preto, cargo no qual colheu êxitos pessoais e para a entidade. Atualmente, é Diretor da Biblioteca "Altino Arantes", continua militando na falange aguerrida do jornalismo são de Ribeirão Preto e é carinhosamente respeitado pela sociedade que, ao ensino da comemoração de seu jubileu de ouro jornalístico, prepara-lhe sensível homenagem, à qual esta colenda Assembleia sinceramente se solidariza.

REQUERIMENTO N. 774, DE 1961

Requeiro, nos termos regimentais, ao Poder Executivo, através do Sr. Secretário da Segurança Pública, as seguintes informações:

1.º — Se já deu entrada, na Delegacia competente, o pedido de abertura de inquérito policial, contra elementos que se diziam funcionários do IPESP e que, ilaqueando a boa fé de terceiros, prometeram antecipar e facilitar o financiamento para aquisição de casa própria.

2.º — Em caso afirmativo, quais as providências tomadas pela Polícia e em que fase está o inquérito?

Sala das Sessões, 3 de agosto de 1961.

(a) Leônicio Ferraz Júnior

Justificativa

De acordo com dados que chegaram ao nosso conhecimento, os srs. Nobuichiro Kikuchi, residente na rua Ribeirão Claro n. 375, e Eisaburo Tachiro, residente na rua Elisa de Carvalho n. 16, nesta Capital, foram ludibriados por alguns elementos ligados ao IPESP, que se prontificaram a "facilitar" e antecipar a concessão de financiamento para aquisição da casa própria.

Sem saber que estavam sendo enganados, e julgando que se tratava de um negócio lícito e que obedecia às normas regulamentares, aqueles cidadãos se prontificaram a entregar várias somas em dinheiro a três ou quatro elementos na esperança de que obteriam o empréstimo do IPESP.

Entretanto, com o passar dos meses, viram aqueles dois cidadãos, que estavam sendo vítimas de estelionatários e que o negócio que lhes fora proposto pelos mesmos era mais um golpe de espantalhões. Recorreram, então, à Polícia, denunciando o fato e pedindo a abertura de inquérito policial, isto na última semana do mês de julho último.

É certo que tais irregularidades não poderão ficar sem punição, quer no âmbito administrativo, como na órbita policial. Daí a razão do presente requerimento de informações, a fim de que sejam apuradas as responsabilidades, a bem do bom nome de que goza o IPESP e seus funcionários, não sendo justo que estes funcionários, dedicados e honestos, sejam envolvidos em tramas urdidas por elementos sem escrúpulos, que se prevalecem da boa fé de terceiros para praticar negócios escusos.

REQUERIMENTO N. 775, DE 1961

São Paulo, 3 de agosto de 1961.

Sr. Presidente

No dia 8 de julho p. passado transcorreu o cinquentenário da Constituição de 1911, cujo Congresso foi justamente designado "Congresso de São Paulo", pois reuniu em seu seio as figuras mais representativas da inteligência e da cultura de nosso Estado, os constituintes foram: Cândido Rodrigues, Pinto Ferraz, Lacerda Franco, Bento Bicudo, Bernardino de Campos, Eduardo Canto, Gabriel de Rezende, Gustavo de Godoy, Ignácio Uchôa, Rubião Júnior, Mello Peixoto, Jorge Tibiriça, Cerqueira Cesar, Guimarães Júnior, Cesário Bastos, Almeida Nogueira, Luiz Flaqueur, Luiz Piza, Ricardo Baptista, Herculano de Freitas, Accácio Piedade, Alfredo Ramos, Antônio Lobo, Salles Júnior, Fontes Júnior, Antônio Mercado, Moraes Barros, Silva Barros, Ataliba Leonel, Carlos de Campos, Cesário Travassos, Dario Ribeiro, Moraes Filho, Eduardo de Camargo, Francisco Sodré, Gabriel Rocha, Guilherme Rubião, João Martins, Veiga Filho, Machado Peçosa, Joaquim Gomide, Oliveira Coutinho, Freitas Valle, José Roberto, Almeida Prado, José Vicente, Julio Cardoso, Júlio Prestes, Nogueira Martins, Campos Vergueiro, Mário Tavares, Aureliano de Gusmão, Olympio Pimentel, Oscar de Almeida, Paulo Nogueira, Pedro Costa, Sampaio Vidal, Vicente Prado, Virgílio de Araújo, Rodrigo Leite, Alfredo Pujol, Dino Bueno, Rodrigues Alves, Abelardo Cesar, Paes de Barros, João Sampaio, Júlio Mesquita e Leônidas Barreto.

Desses constituintes só um vivo, o ilustre e venerando político, dr. João D. Sampaio, cuja carreira foi assinalada por episódios marcantes de dignidade pessoal e de relevantes serviços prestados à Pátria.

Assim propomos: seja designada uma sessão solene, comemorativa da efeméride, designando-se um orador desta Casa para falar sobre a Constituição de 1911; convidar o dr. João D. Sampaio para comparecer e falar nessa solenidade, registrando o acontecimento.

Atenciosamente,

(a) Alfredo Farhat, 2.º Vice-Presidente

REQUERIMENTO N. 776, DE 1961

Requeremos seja oficiado ao sr. Governador para que S. Exa. se digne informar a esta Assembleia quais as providências do Executivo Estadual, em colaboração com a Prefeitura de Sorocaba, no sentido de melhorar o abastecimento de água daquela cidade industrial do interior, água que está sendo fornecida à população sem tratamento conveniente e em dias alternados, segundo dados que recolhemos.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 1961.

a) Cid Franco

REQUERIMENTO N. 777, DE 1961

Sr. Presidente

Nos termos regimentais requeiro a V. Exa. sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, as seguintes informações:

1 — Qual a situação atual dos presídios do Estado de São Paulo?

2 — O pessoal que trabalha nos presídios é habilitado?

3 — Existe população excessiva nos presídios?

4 — Quantos presídios são necessários?

5 — As falhas existentes são sanáveis?

6 — Os acontecimentos que atualmente estão sendo noticiados pela imprensa poderiam ter sido evitados pelo Juiz Corregedor dos Presídios ou pelas autoridades policiais?

7 — Existem processos de sindicância para apuração de responsabilidade de policiais e funcionários, em andamento? Quantos?

8 — Qual o número de punidos?

Sala das Sessões, 4 de agosto de 1961.

a) Modesto Guglielmi

REQUERIMENTO N. 778, DE 1961

Requeremos que seja elevado de sete para nove o número de mem-